

RESOLUÇÃO COMDIPI Nº 03 DE 06 DE JANEIRO DE 2015

Define os procedimentos para o registro das entidades não governamentais, bem como da inscrição dos programas, projetos e serviços das entidades governamentais e não governamentais de atendimento e assistência à pessoa idosa no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 8.129, de 26 de março de 2013, e tendo em vista deliberação qualificada do Plenário do Conselho em sua 11ª Reunião Ordinária de 2015,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), em seu artigo 48, parágrafo único - incisos I, II, III e IV, dispõe que as entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí, devendo especificar os regimes de atendimento e observar os requisitos ali previstos;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), dispõe em seu artigo 52, que as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso ficam sujeitas à fiscalização pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí, Ministério Público, Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO que os programas, projetos e serviços prestados por entidades governamentais e não governamentais deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Lei Federal nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso), da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e da Lei nº 8.129/2013 (Política Municipal para Pessoa Idosa - POMPI), dentre outras, em vigor;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí participar da coordenação das ações integradas setoriais da Política Municipal para Pessoa Idosa, bem como avaliar e deliberar quanto à política e às ações de atendimento ao idoso no âmbito do Município de Jundiaí;

Resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para o registro das entidades não governamentais, bem como da inscrição dos programas, projetos e serviços das entidades governamentais e não governamentais de atendimento e assistência à pessoa idosa ou que desenvolvem atividades para pessoas idosas no âmbito do Município de Jundiaí.

CAPÍTULO I DO REGISTRO

Art. 2º Ficam sujeitas ao registro no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá todas as instituições governamentais ou não governamentais que ofereçam as seguintes modalidades de atendimento:

- a) acolhimento institucional para pessoas idosas em Instituições de Longa Permanência, Casalar ou serviço de acolhimento em repúblicas;
- b) proteção social especial em Centros-Dia e oficina abrigada de trabalho;
- c) serviços de convivência, como centros de convivência e associações de idosos.

Parágrafo único. Ficam sujeitas, ainda, ao registro todas as entidades não governamentais que recebam, a qualquer título, verbas públicas destinadas ao atendimento ou à assistência à pessoa idosa.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS

Art. 3º As entidades governamentais e não governamentais que não prestem atendimento direto e específico a pessoa idosa, mas que eventualmente desenvolvam programas, projetos e serviços voltados a este segmento populacional deverão proceder à inscrição destes, especificando os regimes de atendimento, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS PARA REGISTRO E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS

Art. 4º O pedido de registro das entidades não governamentais e inscrição dos programas, projetos e serviços de atendimento e assistência à pessoa idosa das entidades governamentais e não governamentais deverá ser endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá, o qual promoverá sua autuação e terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para deliberação do colegiado, contados da data de entrada da documentação completa.

Art. 5º Os documentos exigidos para o registro da entidade não governamental são:

- I - requerimento padrão de cadastro endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá;
- II - estatuto devidamente registrado e atualizado;
- III - cópia do CNPJ;
- IV - ata da eleição da última diretoria;

V - licença sanitária, quando exigido;

VI - balanço financeiro do ano anterior, se constituída a entidade há mais de um ano;

VII - relatório ou resumo das atividades desenvolvidas no ano anterior, se constituída a entidade há mais de um ano;

VIII - plano de trabalho, contendo:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação do serviço informando:

1. público alvo;

2. capacidade de atendimento;

3. recurso financeiro utilizado;

4. recursos financeiros a serem utilizados;

5. recursos humanos envolvidos e sua qualificação;

6. abrangência territorial;

IX - relação das pessoas idosas residentes (se já tiver) e cópia do modelo de contrato de prestação de serviço a ser firmado, quando for instituição de longa permanência;

X - registro de entidade de assistência social ou de utilidade pública, caso tenha; e

XI - certidão negativa criminal, cível e de ações trabalhistas de seus dirigentes.

Art. 6º Os documentos exigidos para a inscrição dos programas, projetos ou serviços das instituições não governamentais são:

I - requerimento padrão de cadastro endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí;

II - estatuto devidamente registrado e atualizado;

III - cópia do CNPJ;

IV - ata da eleição da última diretoria;

V - licença sanitária, quando exigido;

VI - balanço financeiro do ano anterior, se constituída a entidade há mais de um ano;

VII - plano do programa, projeto ou serviço, contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação do programa, projeto ou serviço, informando:
 - 1. público alvo;
 - 2. capacidade de atendimento;
 - 3. recurso financeiro utilizado;
 - 4. recursos financeiros a serem utilizados;
 - 5. recursos humanos envolvidos e sua qualificação;
 - 6. atividades desenvolvidas que visem o cumprimento do Estatuto do Idoso;
 - 7. abrangência territorial;

VIII - declaração de entidade de assistência social ou utilidade pública, caso tenha; e

IX - certidão negativa criminal, cível e de ações trabalhistas de seus dirigentes.

Art. 7º Os documentos exigidos para a inscrição dos programas, projetos ou serviços das instituições governamentais são:

I - requerimento padrão de cadastro endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá;

II - cópia do CNPJ;

III - cópia da nomeação da autoridade competente; e

IV - plano do programa, projeto ou serviço, contendo:

- a) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação do programa, projeto ou serviço, informando:
 - 1. público alvo;
 - 2. capacidade de atendimento;
 - 3. recurso financeiro utilizado;
 - 4. recursos financeiros a serem utilizados;
 - 5. recursos humanos envolvidos e sua qualificação;
 - 6. atividades desenvolvidas que visem o cumprimento do Estatuto do Idoso;
 - 7. abrangência territorial.

CAPÍTULO IV

DO DEFERIMENTO

Art. 8º O deferimento do registro da entidade ou da inscrição dos programas, projetos e serviços, com a consequente emissão de certificado, ficará sujeita à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Idosa de Jundiaí, por decisão da maioria de seus membros, que analisará o devido preenchimento dos requisitos legais, podendo exigir outros documentos que entender necessários.

Parágrafo único. Caso seja verificada a falta de documentos e/ou invalidade destes, a entidade terá um prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da notificação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí, para saná-la, sob pena de indeferimento.

Art. 9º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí:

I - receber e analisar os pedidos de registro das entidades e inscrição dos programas, projetos e serviços, bem como a documentação respectiva;

II - providenciar visita à entidade e emissão de parecer sobre as condições para o funcionamento;

III - pautar, discutir e deliberar os pedidos de registro e inscrição, bem como eventual advertência ou cancelamento, em reunião plenária;

IV - expedir o competente certificado às entidades.

Art. 10. O certificado será válido por:

I - 02 (dois) anos, no caso de registro de entidade não governamental;

II - 18 meses, no caso de inscrição dos programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e não governamentais.

Parágrafo único. O pedido de renovação de registro ou da inscrição dos programas, projetos e serviços deverá ser promovido no prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao seu vencimento.

Art. 11. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí a fiscalização das entidades governamentais e não governamentais de atendimento e assistência à pessoa idosa, bem como dos programas, projetos e os serviços por ele inscritos.

CAPÍTULO V

DO INDEFERIMENTO DO REGISTRO OU DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS

Art. 12. Será indeferido registro à entidade que não:

- I - apresentar a documentação exigida nos artigos 5º, 6º e 7º, conforme o caso;
- II - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- III - apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
- IV - esteja regularmente constituída;
- V - demonstre a idoneidade de seus dirigentes.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento, por qualquer motivo, a entidade poderá, logo que corrigida a irregularidade apontada, dar entrada com novo pedido.

CAPÍTULO VI DO CANCELAMENTO DO REGISTRO OU DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS

Art. 13. As entidades governamentais e não governamentais sujeitas ao registro ou inscrição de seus programas, projetos e serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí serão advertidas quando:

- I - apresentarem irregularidades técnicas ou administrativas incompatíveis com os princípios do Estatuto do Idoso;
- II - interromperem suas atividades por período superior a 03 (três) meses, sem motivo justificado;
- III - deixarem de cumprir, sem justo motivo, com o plano de trabalho apresentado.

Parágrafo único. A advertência estabelecerá um prazo de 30 (trinta) dias para que a entidade sane as irregularidades apontadas e/ou apresente defesa fundamentada, a ser analisada pela Comissão de Registro e Fiscalização e submetida à apreciação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí, sob pena de cancelamento do registro ou inscrição do programa, projeto ou serviço.

Art. 14. O registro ou a inscrição do programa, projeto e serviço será cancelado quando a entidade governamental ou não governamental:

I - deixar de atender às exigências que motivou a advertência;

II - comunicar a sua extinção;

§ 1º. O registro da entidade e a inscrição dos programas, projetos e serviços poderão ser cancelados a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos previstos nesta resolução, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º. As entidades deverão comunicar o encerramento de suas atividades, programas, projetos ou serviços ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí, no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O funcionamento das entidades governamentais e não governamentais de atendimento e assistência à pessoa idosa depende de prévia inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí.

Art. 16. As entidades que não fizerem o seu registro ou a inscrição de seus programas, projetos ou serviços estarão sujeitas às penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), bem como ficarão impedidas de receber recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - FUMDIPI ou outras verbas públicas.

Parágrafo único. A entidade que já se encontrar em pleno funcionamento deverá efetivar seu registro ou inscrição de seus programas, projetos ou serviços no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta resolução.

Art. 17. O descumprimento das disposições contidas nesta resolução por parte das entidades governamentais e não governamentais será comunicado ao Ministério Público de Jundiaí e demais órgãos que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí entender pertinente.

Art. 18. Para efeito da presente Resolução, fica aprovado o requerimento padrão de cadastro no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiaí, nos termos do Anexo I.

Art. 19 Fica expressamente estabelecido que a Comissão de Registro e Fiscalização analisará as inscrições das entidades governamentais e não governamentais emitindo parecer para aprovação e homologação da plenária.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Jundiaí, 06 de janeiro de 2015.

Milton Calzavara
Presidente do COMDIPI

ANEXO I

**FORMULÁRIO DE REGISTRO E INSCRIÇÃO DE PROGRAMA, PROJETO E SERVIÇO DA
ENTIDADE GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL DE JUNDIAÍ,
EM CONCORDÂNCIA COM A LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003
ESTATUTO DO IDOSO**

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE/INSTITUIÇÃO

Nome da Entidade (de acordo com o Estatuto):
CNPJ nº:
Endereço:

Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
----------------	----------------	------------	-------------

Telefone: ()	Celular: ()	Twitter:
----------------------	---------------------	-----------------

E-mail:	Facebook
----------------	-----------------

Nome da Mantenedora:
CNPJ nº:
Endereço:

Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
----------------	----------------	------------	-------------

Telefone: ()	Celular: ()
----------------------	---------------------

IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE

Nome Completo:
Endereço Residencial:

Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
----------------	----------------	------------	-------------

Telefone: ()	Celular: ()	Twitter:
----------------------	---------------------	-----------------

E-mail:	Facebook:
CPF:	RG/Órgão Emissor:

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS

- Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI
- Centro de Convivência para Idosos – CCI
- Associação
- Programa/Projeto
- Casalar ou serviço de acolhimento em repúblicas
- Proteção social especial em Centros – Dia e oficina abrigada de trabalho
- Outros _____

RECURSOS RECEBIDOS PELA ENTIDADE/INSTITUIÇÃO

- Doações
- Promoções próprias
- Contribuições
- Doações externas
- Repasse da união
- Repasse distrital
- Outros _____

PROCEDENCIA DO USUÁRIO ATENDIDO

- CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS
- HOSPITAL
- POLÍCIA MILITAR ?
- OUTROS _____

ISENÇÃO OBTIDAS

- ENERGIA ELÉTRICA
- ÁGUA E ESGOTO
- IMPOSTO DE RENDA
- TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA
- INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
- IPVA – IMPOSTO DE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
- ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
- IPTU – IMPOSTO TERRITORIAL URBANO
- OUTROS (Especificar): _____

INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

META ATENDIDA:

SEXO:
 MASCULINO FEMININO

Quantidade Total de Idosos Atendidos:

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

- 07:00 ÀS 12:00
- 12:00 ÀS 18:00
- 18:00 ÀS 23:00
- 24:00
- 08:00 ÀS 18:00

FREQUENCIA DO ATENDIMENTO

- DIÁRIO
- EVENTUAL
- SEMANAL
- MENSAL

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

- Plano de Trabalho ou Plano de Ação
- Anual
- Permanente

FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

TIPOS DE SERVIÇOS PRESTADOS AO IDOSO PELA ENTIDADE/INSTITUIÇÃO

Jundiaí, ____ / ____ / _____

Assinatura do Responsável pela Entidade/Instituição